



Diálogos agroecológicos: construção do termo de consentimento prévio informado com o povo indígena Krahô, Tocantins, Brasil

Agroecological dialogues: construction of the prior informed consent form with the Krahô indigenous people, Tocantins, Brazil

DIAS, Terezinha¹; BRILHANTE, Marcelo²; SILVA, Fernanda³; BURLE, Marília⁴
^{1,2,3,4} Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen), terezinha.dias@embrapa.br¹;
marcelo.brilhante@embrapa.br², fernanda.silva@embrapa.br³, marilia.burle@embrapa.br⁴

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Biodiversidade e conhecimentos dos Agricultores, Povos e Comunidades Tradicionais

Resumo: O Brasil desde 2015 (Lei nº13.123) atualizou a legislação que trata do acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados (CTA) para fins de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A Embrapa iniciou trabalhos de pesquisa e fortalecimento da segurança alimentar com o povo indígena Krahô no ano 2000 no âmbito da MP 2186-16. Desde então busca se adequar à legislação no contexto dos diálogos e cadastros de autorizações. Em 2020 foi aprovado o projeto Embrapa Conservaln contemplando duas atividades com os Krahô, uma de sistematização de ações em agrobiodiversidade, outra sobre impactos da fragmentação da vegetação nativa no entorno deste território sobre a conservação da biodiversidade. Em 2021 iniciou-se tratativas para obtenção do termo de consentimento prévio informado (TCPI) anterior ao cadastro de acesso ao CTA. Com diálogos intensos e reuniões, segundo a lógica tradicional das aldeias, as falas foram permeadas pela pergunta: por que vocês se afastaram de nós?

Palavras-Chave: agroecologia, autorização, pesquisa, conhecimento tradicional, agrobiodiversidade

Contexto

O Brasil firmou compromissos internacionais relacionados à conservação da biodiversidade, dos recursos genéticos e do desenvolvimento sustentável por meio da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) em 1992, o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos da Alimentação e Agricultura (TIRFAA) em 2006, e do pacto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Pacto Global ODS) em 2015. A Convenção entrou em vigor em dezembro de 1993 e o Brasil aprovou o texto por meio do Decreto Legislativo nº 2, de 1994, e a ratificou por meio do Decreto Federal nº 2.519 de 16 de março de 1998. Até maio de 2023, 168 países assinaram e ratificaram a Convenção. O TIRFAA foi aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio do Decreto Legislativo nº 70, de 19 de abril de 2006, e incorporado à legislação brasileira pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008. O Governo brasileiro depositou seu instrumento de ratificação em 22 de maio de 2006, passando o mesmo a vigorar para o Brasil, em 22 de agosto de 2006, na forma de seu artigo 28.2. Todos estes indicam a importância de que instituições governamentais reforcem o apoio às comunidades na conservação local da diversidade de plantas (in situ/on farm), em especial aquelas relacionadas à alimentação e à agricultura e a promoção do desenvolvimento sustentável, sem se



esquecer também da conservação *ex situ* dos recursos genéticos, aquela a longo prazo, normalmente em bancos de sementes governamentais.

A conservação *in situ/on farm* tem o grande benefício do uso implícito dos recursos genéticos por comunidades humanas, abarcando também a segurança alimentar, a geração de renda e a relação com a tradição e cultura dos agricultores/extrativistas. No contexto, trata da conservação dos recursos genéticos sob manejo humano em condições *in situ*, enquanto a conservação *ex situ* está relacionada com as estruturas de bancos de sementes, coleções de plantas e outros fora do ambiente de cultivo e manejo tradicional.

No início do ano 2000, como resultado de diálogos com o povo indígena Krahô, a Embrapa iniciou um projeto “Etnobiologia, conservação de recursos genéticos e segurança alimentar na terra indígena Krahô”, e assinou com a Associação União das Aldeias Krahô (Kápey) o primeiro contrato brasileiro relacionado ao desenvolvimento de projeto local de pesquisa (DIAS et al 2003, DIAS et al 2007). Posteriormente, em 2004, se adequando a legislação nacional, foi construída a primeira anuência prévia brasileira, aprovada pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genéticos (CGEN/ MMA) com posteriores renovações (DIAS et al, 2015).

Em 2021 houve a aprovação pela Embrapa de um amplo projeto denominado “Conservação *in situ/on farm* de recursos genéticos vegetais e interação com a conservação *ex situ*” (Projeto Embrapa Conservaln), que envolveu pesquisadores de várias regiões. Neste, uma das contribuições para inovação reuniu vários esforços de trabalhos em territórios indígenas relacionados ao desenvolvimento de metodologia para conservação de recursos genéticos vegetais propagados por sementes e a campo, considerando aspectos da etnociência e integração com a conservação *ex situ*. No território indígena Krahô estão em desenvolvimento duas atividades sendo: a) ações de apoio e fortalecimento das estratégias locais de conservação *in situ*, com fortalecimento da conservação e integração com a conservação *ex situ* e b) avaliação dos impactos da fragmentação de ecossistemas naturais sobre recursos genéticos vegetais nativos. Estas atividades foram propostas e negociadas através de processo participativo que vem acontecendo em interações prévias (ao longo de vários anos) da equipe da Embrapa na terra indígena Krahô (TI Krahô). Tratam de ações de apoio e fortalecimento das estratégias locais de conservação *in situ* na TI Krahô, com fortalecimento da conservação e integração com a conservação *ex situ* e, também, de avaliação dos impactos da fragmentação de ecossistemas naturais sobre recursos genéticos vegetais nativos daquele território. Na implementação serão usados métodos de campo etnobiológicos e participativos: observação participante (acompanhamento de práticas de cultivo, conservação entre outras), aplicação de questionários semi-estruturados e reunião com grupos chaves com os quais serão aplicadas ferramentas participativas de promoção do manejo comunitário dos recursos genéticos vegetais, entre outros. Estas atividades demandaram novos diálogos com



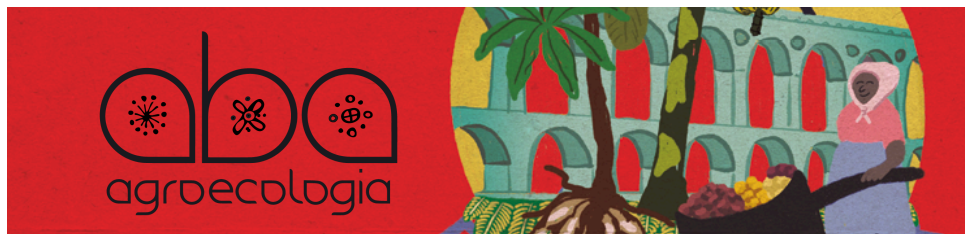
lideranças de aldeias Krahô para a construção de termo de consentimento prévio informado (TCPI), que foi posteriormente registrado no SISGEN

A experiência detalha o processo de consentimento realizado em quatro aldeias na terra indígena (TI) Krahô para o desenvolvimento das atividades que envolvem a sistematização das estratégias locais de conservação da biodiversidade e estudos relacionados às mudanças na biodiversidade local. Esta TI está localizada no nordeste do Estado do Tocantins em uma área de 302.000 ha de Cerrado, abrangendo dois municípios, Itacajá e Goiatins. São atualmente cerca de 40 aldeias e uma população de 3.500 pessoas.

Descrição da Experiência

Entre os dias 30/11 a 12/12/2021 foi realizada viagem a TI com objetivo de obter o termo de consentimento prévio informado dos Krahô para realização das atividades relacionadas ao projeto Embrapa Conservaln. Foram obtidos os consentimentos das comunidades das aldeias Santa Cruz, Morro do Boi, Maravilha e Abarra, construindo os documentos necessários como as atas de reunião, as fotos e vídeos. Posteriormente, em 2022, foi feito o cadastro no SISGEN com inclusão no sistema dos Termos de Consentimento Prévio Informado (TCPI).

As reuniões em cada uma das aldeias foram programadas previamente, de forma que as comunidades se prepararam para participar. Obedecendo a prática tradicional de diálogo nos Krahô a comunidade foi chamada pelo chamador local e teve a abertura de liderança local. Nesta fala foi lembrada a parceria de longos anos da Embrapa com os Krahô, indicaram que estivemos ausentes e perguntaram por que e também que querem o retorno mais forte da Embrapa no território. Passaram a palavra para a representante da Embrapa que fez o histórico da parceria, explicando os cenários que impediram o fortalecimento do trabalho local, incluindo também a questão da pandemia e indicando uma nova etapa. Foi explicado o novo projeto Conservaln, as duas atividades que estavam previstas e que são continuidade de trabalhos com foco em fortalecimento da conservação da biodiversidade, que a Embrapa já vinha desenvolvendo naquele território e que estava ali para buscar o consentimento da comunidade. Foi informado que seria feita a sistematização (organização) e disponibilização de informações sobre as ações de conservação realizadas localmente e que seriam desenvolvidas pesquisas sobre os métodos (formas\ práticas de conservação e manejo de recursos genéticos locais) buscando integrar (unir) os esforços locais de conservação com a conservação feita nos bancos de sementes da Embrapa. Que haveria coleta de sementes para a conservação a longo prazo (no banco de sementes da Embrapa). Também, que seriam feitos estudos em imagens de satélites do entorno e do território indígena (foi explicado à comunidade o que eram imagens de satélites) para verificar como estava a situação de conservação dos ecossistemas naturais dentro e fora da TI. No diálogo se deixou claro que se buscava obter o consentimento da comunidade, mas que ela era livre para recusar. Nas quatro comunidades foram feitas muitas perguntas e especialmente externado o desejo que a equipe da Embrapa retorne de forma mais forte seu contato com eles. As



perguntas mais frequentes eram: o que aconteceu? Por que vocês não andam mais aqui?

A aldeia Morro do Boi é uma das aldeias Krahô que sofreu amplo processo de miscigenação, sendo sua organização tradicional composta pelo cacique (Sandro Tomcahte Krahô) e não foi identificada nesta aldeia outras representações tradicionais durante o processo de consentimento. A Associação desta aldeia (Associação Indígena Papãm Krá) foi estruturada em julho de 2019, e seu presidente, senhor Juvenal Vieira Krahô, foi cacique dessa aldeia por muitos anos, sendo pessoa muito estimada localmente, também reconhecido como mekore (pessoa mais velha e sábia). O processo de autorização foi realizado por meio de reunião (06/12/2021) com os moradores da aldeia. A reunião foi convocada pelas duas lideranças locais, o presidente da associação e o cacique. Após a reunião foi redigida a Ata que foi lida e assinada por todos os presentes. O documento de consentimento foi assinado pelas duas lideranças locais mencionadas. As atividades realizadas, objeto desta autorização, permitirão que a associação desta aldeia alcance um de seus objetivos, que é o de se articular com outras organizações, inclusive do setor público, para implementar sistemas de estudos e pesquisas (sócio culturais, tecnológicas e agrárias, entre outras), a captação e irradiação de informações educativas e capacitações, sempre na perspectiva do etnodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável.

A aldeia Abarra é uma aldeia Krahô relativamente nova cujo atual cacique se chama Anízio Capey Kraho. Esta aldeia foi estruturada a partir de esforços do agricultor e liderança tradicional Alcidez Krahô e de sua esposa Generoza Krahô. Alguns anos após fundarem esta aldeia estes agricultores tradicionais migraram e fundaram outra aldeia (Maravilha). Uma outra família bastante tradicional da aldeia Abarra é a do senhor Ernesto Krahô, cujo filho Feliciano Kraho, que já foi professor, é bastante interessado na documentação do conhecimento sobre variedades tradicionais e tem interagido há muitos anos com pesquisadores (as) da Embrapa. O atual cacique Anízio é parente de Feliciano Kraho. O cacique Anízio é bastante respeitado localmente e tanto ele como outros agricultores e agricultoras locais já tiveram oportunidade de conhecer esforços da Embrapa em conservação ex situ, tendo visitado o banco de germoplasma da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e também bancos ativos de germoplasmas em outras Unidades da Embrapa em Brasília. A realização da reunião foi organizada por meio de contato prévio (in loco) com lideranças da aldeia (reunião prévia de planejamento) no dia 05/12. Neste contato foi solicitado ao cacique e às lideranças o agendamento da reunião para obtenção do consentimento informado e a reunião ampliada com a comunidade desta aldeia aconteceu no dia 08/12. A figura 2 abaixo apresenta imagens de autorização nas aldeias Morro do Boi e Abarra.



Figura 2: Autorizações de pesquisa nas aldeias Morro do Boi e Abarra (TI Krahô)

A aldeia Santa Cruz é uma aldeia Krahô bastante antiga e a partir das migrações de famílias que ali residiam foram estruturadas várias outras aldeias no território Krahô. É uma aldeia com forte influência de liderança feminina, sobressaindo historicamente a anciã Onorina Krahô que tem 2 filhos caciques, um de uma nova aldeia, a Mangabeira, que surgiu a partir da aldeia Santa Cruz, e outro filho, que é o atual cacique da aldeia Santa Cruz, o Ariston Krahô. O consentimento prévio foi realizado em reunião com a comunidade da aldeia Santa Cruz no dia 09/12/2021, na casa da mãe do cacique Ariston Krahô (terra indígena Krahô, município de Itacajá (TO)). Foi feito contato prévio (reunião prévia) com o cacique Ariston Krahô no dia 05/12 quando ele estava em sua casa de apoio (localizado em seu roçado). Neste encontro foi acertado com o cacique Ariston a data de 09/12 como data de reunião do consentimento prévio na aldeia Santa Cruz, ficando o cacique com a responsabilidade de reunir a comunidade. Neste dia, a reunião e os diálogos foram realizados, estando a comunidade esclarecida sobre o processo e novamente autorizando o trabalho local da equipe.

A aldeia Maravilha é uma aldeia Krahô relativamente nova que foi estruturada a partir de esforços do agricultor e liderança tradicional Alcidez Krahô e de sua esposa Generoza Krahô, que migraram com sua família da aldeia Abarra e fundaram esta aldeia. O atual cacique Adão tem relação de parentesco com o Alcidez. É uma



aldeia que reúne agricultores (as) que muito se empenham na conservação de variedades agrícolas. Tanto o cacique como algumas lideranças locais também já tiveram oportunidade de conhecer esforços da Embrapa em conservação ex situ, tendo visitado o banco de germoplasma da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e também bancos ativos de germoplasmas em outras Unidades da Embrapa em Brasília. Foi feito contato prévio (in loco) com a aldeia (reunião prévia de planejamento) no dia 05/12 e solicitado o agendamento da reunião. A reunião foi realizada no dia 10/12, na casa da liderança tradicional Alcidez Krahô, com a participação do cacique Adão e da comunidade desta aldeia.



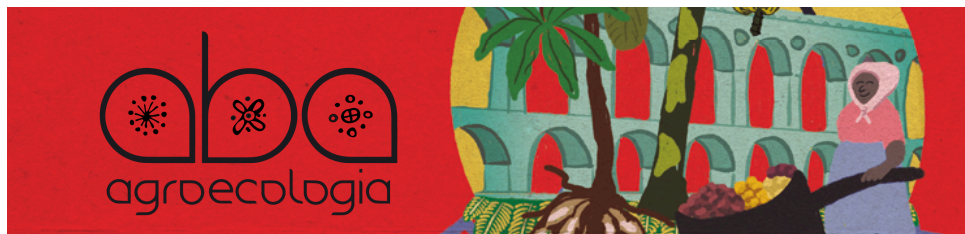
Figura 3: Autorizações de pesquisa na aldeia Santa Cruz e Maravilha (TI Krahô)

Resultados

A obtenção dos termos de consentimento prévio informado (TCPI) para os trabalhos nestas aldeias permitiu a continuidade de trabalhos iniciados pela Embrapa, em parceria com a Funai, neste território desde o ano 2000, envolvendo a identificação e a valorização de guardiões (ãs) da agrobiodiversidade e a organização de feiras de sementes, entre outras atividades relacionadas com a conservação in situ/on farm. Renovar estes diálogos localmente e atender a legislação nacional para realizar as pesquisas e as ações em agroecologia e conservação neste território, dando continuidade aos trabalhos já realizados, é condição fundamental de respeito a este povo originário.

Agradecimentos

A Fundação Nacional do Índio – Funai pela colaboração por meio do Contrato de Cooperação Técnica (Embrapa & Funai), as lideranças indígenas e toda comunidade Krahô pela parceria renovada.



Referências bibliográficas

DIAS, T.A.B.; ALVES, R.B.N. O Projeto da Embrapa com a Associação União das Aldeias Krahô – Kapèy: Etnobiologia, Conservação de Recursos Genéticos e Bem-Estar Alimentar em Comunidades Tradicionais. In: Coelho, M. F. B.; Costa Jr., P.; Dombroski, J.L.D. (org.). Diversos olhares em etnobiologia, etnoecologia e plantas medicinais. Cuiabá: Unicen, p. 85-88, 2003.

DIAS, T. A. B.; ZARUR, S. B. B.; ALVES, R. B. N.; COSTA, I. R. S.; BUSTAMANTE, P. G. Etnobiologia e conservação de recursos genéticos, o caso do povo Craô, Brasil. In: Nass, L. L. (Ed) Recursos Genéticos Vegetais, 2007, Brasília – DF: Embrapa Recurso Genéticos e Biotecnologia. p. 651-681, 2007.

DIAS, T. A. B.; BUENO, Y. M.; RODRIGUES, L. N. R.; SCHIAVINI, F. Primeiro processo de anuência prévia informada do Brasil. In: UDRY, C.; EIDT, J. Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal. Brasília, DF. Coleção povos e comunidades tradicionais, v. 1, p. 289-309, 2015.